



Proibições, censuras e impedimentos a culturas de matriz africana: uma breve discussão

Prohibition, censorship and impediments to afro-brazilian cultural practices: a brief discussion

Prohibiciones, censuras y impedimentos a las culturas de origen africano: breve debate

Amanda Melissa dos Santos [*]

Soraia Chung Saura [**]

[*] Doutoranda em Cultura & Educação pela Universidade de São Paulo, Mestra em Educação pela Universidade Federal de Ouro Preto e Licenciada em Educação Física pela UniAnchieta. Professora da rede pública de ensino. Pesquisa as histórias, culturas e filosofias dos Reinados Negros mineiros, em especial, o Reinado do Rosário do Alto da Cruz de Ouro Preto e a história de Chico Rei, em suas perspectivas narrativas e relação com fontes históricas. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa PULA (EEFE.FEUSP). Contato: amandasantos05@usp.br. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

[**] Graduada em Filosofia (FFLCH-USP), Mestre e doutora em Educação (Faculdade de Educação-USP) e Pós-doutora em Estética (FADEUP, Porto). É professora da Escola de Educação Física e Esporte da USP, orienta e leciona nos Programas de Pós-Graduação da EEFE-USP, na linha Estudos Socioculturais do Movimento Humano; e também na Faculdade de Educação da USP, na linha Cultura, História e Filosofia da Educação. Seus interesses de pesquisa incluem o Brincar, seus espaços e elementos; Jogos e Manifestações de Comunidades Tradicionais; Lazer e outras formas de vivência da corporeidade em consonância com uma perspectiva decolonial e ecossistêmica.

Resumo: Este texto discute as proibições e censuras sofridas pelas práticas culturais de matriz africana. Inicialmente, apresentamos, em uma perspectiva histórica, as apreensões de objetos sagrados realizadas em batidas policiais em terreiros de religiões de matriz africana no Rio de Janeiro (1890-1945). Sob a mesma perspectiva, tratamos da proibição do Reinado de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz de Ouro Preto/MG, no início do século XX, o que provocou décadas de inatividade da festividade. Esse Reinado foi retomado em 2009 e elevado a Patrimônio Imaterial em 2019, resultado de ações realizadas pela própria comunidade congadeira; acompanhada em trabalho de campo realizado entre 2017-2019. Consideramos assim, a partir do entrecruzamento histórico, que é na articulação de seus agentes que suas práticas culturais são afirmadas e retomadas.

Palavras-chave: censura; congado; Ouro Preto.

Abstract: This text discusses the prohibitions and censorship of afro-brazilian cultural practices. Initially, we present, from a historical perspective, the seizures of sacred objects carried out in police raids on african religion's terreiros in Rio de Janeiro (1890-1945). From the same perspective, we deal with the prohibition of the Reinado de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz de Ouro Preto/MG, at the beginning of the 20th century, which caused decades of inactivity of the festivity. This Reinado was resumed in 2009 and elevated to Intangible Heritage in 2019, as a result of actions carried out by the congadeira community itself; a community that was accompanied in fieldwork carried out between 2017-2019. We believe, based on the historical intertwining, that it is in the articulation of its agents that its cultural practices are affirmed and resumed.

Keywords: censorship; popular cultures; congado; Ouro Preto.

Resumen: Este texto aborda las prohibiciones y censuras sufridas por las prácticas culturales de origen africano. En primer lugar, se presentan, desde una perspectiva histórica, las aprehensiones de objetos sagrados ocurridos en batidas policiales en religiones de origen africano en Río de Janeiro (1890-1945). Desde la misma perspectiva, se aborda la prohibición del Reinado de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz, em Ouro Preto/MG, a principios del siglo XX, que llevó a décadas de inactividad. Este Reinado fue recuperado en 2009 y en 2019 elevado a Patrimonio Inmaterial, como resultado de las acciones emprendidas por la propia comunidade congadeira; acompañada en el trabajo de campo realizado entre 2017-2019. Creemos, a partir del entrelazamiento de la historia, que es en la articulación de sus agentes que sus prácticas culturales son afirmadas y retomadas.

Palabras clave: censura; congado; Ouro Preto.

Este texto origina-se das reflexões provocadas pela obra de Michel de Certeau (1995), referente às proibições e eliminações acometidas às manifestações culturais das classes populares, as culturas populares (Saura 2021), e o posterior estudo e inventariação realizados pelas mesmas figuras e instituições que as proibiram.

As proibições e apreensões dos folhetos de *colportage*, literatura vinculada a livreiros ambulantes na França do século XVIII e XIX, foram discutidas por Michel de Certeau no capítulo *A beleza do morto* (1995). Neste debate, Certeau demonstra que, após as apreensões, os folhetos foram estudados pela mesma pessoa que os apreendeu. Isso instigou a elaboração deste texto, relacionando o fato tratado pelo historiador francês a dois acontecimentos.

O primeiro refere-se aos casos de apreensão de artefatos religiosos de matriz africana pela Polícia Civil do Rio de Janeiro, entre os anos de 1890 e 1945 e a inventariação dos objetos realizada em 1938 pelo recém-criado SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em contiguidade, a devolução desses objetos ocorreu mais de um século depois, após intensas lutas de pessoas de religiões de terreiros, representadas pelo movimento Liberte Nosso Sagrado.

Já o segundo caso, que tratamos neste texto, refere-se à proibição acometida ao Reinado de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos no bairro Alto da Cruz, em Ouro Preto, Minas Gerais, no início do século XX. Essa proibição adveio da Igreja Católica (Alves 2012) e estendeu-se a outras manifestações das culturas tradicionais e populares. O Reinado do Alto da Cruz deixou de ser realizado durante décadas e foi retomado, apenas, no ano de 2009. Já em 2019, ele foi elevado a Patrimônio Imaterial de Ouro Preto. Entretanto, tanto a retomada, quanto o processo para torná-lo patrimônio imaterial, foram realizados pelas próprias pessoas reinadeiras, congadeiras e moçambiqueiras, na figura da AMIREI – Associação Amigos do Reinado².

Tratamos também do intervalo de décadas de proibição do Reinado do Alto da Cruz até a sua retomada. Houve produções de obras históricas, literárias e turísticas, de cunho folclórico, que buscaram descrever o congado em Ouro Preto como ele havia sido, tratando-o como uma prática do passado pitoresco da cidade histórica.

Nesse sentido, buscamos discutir os impedimentos, proibições, repressões e eliminações de práticas culturais de matriz africana, sob o olhar das reflexões tecidas por Michel de Certeau (1995), referente às proibições e posteriores interesses em estudar e, por vezes, “reconstruir” aquilo que seria uma cultura popular. Convergindo com discussões de Martha Abreu (2003) e Carlo Ginzburg (1987) sobre como o estudo que constituiu e permeou os chamados, folclore e culturas populares, dizem mais sobre quem vê a prática cultural do que quem a realiza: seus atores e atrizes. Pois, como disse Certeau “a idealização do ‘popular’ é tanto mais fácil quanto se efetua sob a forma de monólogo” e, ao povo, “se cortou a palavra para melhor domesticar” (Certeau 1995, 59).

As práticas populares ou as culturas do povo, foram proibidas e censuradas por instituições que viam em suas manifestações algum perigo ou incongruência com a ordem e a moral vigentes. Entretanto, posteriormente às censuras e às proibições, essas culturas tornaram-se “um objeto de interesse porque seu perigo foi eliminado” (Certeau 1995, 55). Dessa maneira, instituições e estudiosos buscaram escrever e inscrever uma história dessas culturas a partir de suas concepções e visões, limitando-as. Trata-se, portanto, de um duplo apagamento: a proibição dessas manifestações e sua reescrita, de maneira tantas vezes equivocada e errônea, permeada de preconceitos.

Nesse sentido, traçando relações entre Certeau e Ginzburg com o objeto deste estudo, as culturas de matriz africana e as proibições acometidas a elas, apontamos que as repressões e impedimentos se configuraram em três percursos: 1) a eliminação daquilo que é contrário, pautada no racismo, impedindo que tais manifestações se expressassem, pois elas pareciam representar

² As discussões referentes ao Reinado do Alto da Cruz são frutos da pesquisa de mestrado em Educação intitulada *O Grande Anganga Muquixe Chico Rei: a presença do mito negro no Reinado do Alto da Cruz e nas escolas de Ouro Preto/MG*, realizada em 2019, na Universidade Federal de Ouro Preto.

algum perigo e não condiziam com a identidade nacional que se buscava construir no período do pós-abolição, da Proclamação da República e da *Belle Époque* Brasileira; 2) o posterior estudo e a inventariação dessas expressões culturais, indicando que aquilo ficou no passado, colocando seus próprios adjetivos, muitas vezes, de maneira equivocada e preconceituosa para aquilo que existiu e não existe mais, na visão de folcloristas; e 3) o intuito de (re)construir, por parte de folcloristas e intelectuais, uma cultura popular que ficou no passado, de maneira idealizada e cristalizada, a partir de concepções, parâmetros e estudos que, por vezes, são limitados e reducionistas.

Proibições e interdições – culturas populares são o que dizem que são (ou o que foram)

A cultura popular é um dos termos mais complexos e controversos, como advertiu Martha Abreu (2003). Sendo assim, não pretendemos fazer uma classificação homogênea do que seja cultura popular, pois seria contraditório ao intuito do texto. Segundo Saura, “o termo é heterogêneo e manifesta suas diversificadas formas”, as quais várias manifestações, em uma mesma “cultura” se revestem de uma pluralidade que são denominadas culturas, no plural (Saura 2021, 96).

Entretanto, para dizermos sobre o que queremos tratar, a respeito de como instituições e intelectuais lidaram, no início do século XX, com as culturas populares, especialmente as de matriz africana, faz-se necessário trazeremos algumas reflexões - apontadas por historiadores a respeito do que acreditavam ser a cultura do povo. Esta se apresenta sempre em contraposição à cultura de elite ou a cultura que buscavam consolidar.

Para Roger Chartier (1995), cultura popular é um termo erudito que pretende delimitar o que seria cultura da elite e cultura do povo, colocando-as em lugares estanques. Carlo Ginzburg (1987) chama atenção às críticas lançadas sobre as pesquisas realizadas a respeito de uma cultura popular, mais precisamente, a respeito da literatura de cordel, a qual um grupo de estudiosos questiona se “a cultura popular existiria para além do gesto que a elimina” (Ginzburg 1987, 22). A resposta para a pergunta retórica, segundo Ginzburg, é não. Então, parece que a cultura popular, em uma concepção homogeneizante, seria aquilo que existiu e que, na sua eliminação e desaparecimento, após ações sistemáticas de diversas instituições, foi chamado de cultura popular. Seria aquilo que ficou para trás, aquilo que viveu no passado ou que continua no passado. Essa concepção coaduna com o pensamento de que a tradição seria algo estanque, preservada em determinado tempo e espaço (Saura 2021).

Dessa maneira, o interesse intelectual pela cultura do povo, ou seja, pela cultura da classe subalterna, se deu depois que ela não apresentava mais perigo (Certeau 1995), quando sua proibição já fora estabelecida e seus agentes foram proibidos de manifesta-la. Nesse primeiro momento, fala-se então daquilo que tentaram eliminar, a partir de uma ação institucionalizada, que envolveu

proibições, interdições e repressões. No entanto, a história mostra que os agentes culturais dessas manifestações, de algum modo, mantiveram vivas suas tradições, seja por meio da oralidade, seja na prática cotidiana, em locais remotos ou longe dos olhos daqueles que as desqualificavam. Um dos aspectos de uma tradição viva é que essa tradição continue fazendo sentido para aqueles que a realizam.

Michel de Certeau relata sobre a apreensão dos livretos de *colportage*, entre os anos de 1850 e 1890 na França, a fim de controlar o conteúdo das obras difundidas e verificar se apresentavam conteúdo contra “à ordem, à moral e à religião” (Certeau 1995, 62). As apreensões foram realizadas por uma comissão da Polícia Geral da época, em que o secretário, Charles Nissard, organiza as obras e elabora o *Historie des livres populaires et de la littérature de colportage*. A apreensão instigou um duplo movimento: tratou, “ao mesmo tempo, de coletar [...] e restringir” (Certeau 1995, 60). Nesse sentido, restringiu-se a prática do povo, ao mesmo tempo em que se elaborou um documento para apreciação da elite letrada.

Como indica Certeau,

Os estudos [a respeito da cultura popular] tornaram-se possíveis pelo gesto que a retira do povo e a reserva aos letrados ou aos amadores. Do mesmo modo, não surpreende que a julguem “em via de extinção”, que se dediquem agora a preservar as ruínas, ou que vejam a tranquilidade de um aquém da história, o horizonte de uma natureza de um paraíso perdido. Ao buscar uma literatura ou uma cultura popular, a curiosidade científica não sabe mais que repete suas origens e que procura, assim, não reencontrar o povo (Certeau 1995, 62).

Dessa maneira, a proibição e a repressão contra as manifestações populares revelaram um interesse intelectual sobre essas culturas, provocando, por um lado, o apagamento a partir da repressão e o afastamento de seus agentes no âmbito de suas próprias culturas; e, por outro lado, posteriormente, uma reformulação do que seriam essas culturas, colocando-as em locais estanques e cristalizados. Ora como ultrapassadas e selvagens, ora elevadas a símbolos de cultura nacional³.

A ação sistemática e institucional de proibição de uma cultura e a posterior coleta e inventariação por parte daqueles que a proibiram, como discutido por Certeau, se aproximam do ocorrido no Brasil em finais do século XIX, em relação às religiões de matriz africana.

No final dos anos de 1800, logo após a abolição do escravismo e início da República, os artigos 156, 157 e 158 do Código Penal do ano de 1890 versavam sobre os crimes contra a saúde pública, criminalizando o que chamavam de prática ilegal da medicina, curandeirismo, magia e charlatanismo.

Como apresenta o artigo nº 157, era considerado crime

³ Podemos citar diversas manifestações culturais de matriz africana que sofreram essas ações e que convergem com o objeto tratado neste texto. Como é o caso da Capoeira e do Samba, proibidos e criminalizados, mas que, posteriormente, foram elevados a símbolos da cultura nacional.

praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismans e cartomancias para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar cura de molestias curáveis ou incuráveis, enfim, para fascinar e subjugar a credulidade pública⁴.

Como apresenta Pamela Pereira (2017), houve uma hierarquização entre o que se considerava um falso ou verdadeiro espiritismo. Isso se dava a partir da análise do jurista, cabendo a ele julgar as crenças a partir do discurso do próprio acusado. Décadas mais tarde, as concepções que cumpriam os códigos penais foram traduzidas no novo Código Penal do ano de 1942: “Candomblés e macumbas eram os que aplicavam mal os preceitos, por serem seus adeptos ignorantes e incultos” (Pereira 2017, 27). Nesse sentido, percebe-se que as apreensões tinham cor, classe e etnia. Eram os praticantes das religiões de matriz africana que tiveram seus objetos apreendidos em batidas policiais.

Entre 1890 e 1945, quinhentos e vinte e três⁵ objetos sagrados foram apreendidos em diversos terreiros cariocas de Umbanda, Candomblé e outras religiões de matriz africana. No entanto, cabe lembrar que sequer essas práticas eram consideradas religiões, e era preciso apagar e eliminar as reminiscências negras no novo Brasil que surgira: uma República.

Os objetos foram alojados na Polícia Militar do Rio de Janeiro e receberam, após o inventário feito em 1938 pelo SPHAN, o nome desrespeitoso de Coleção Magia Negra, sendo colocados no Museu da Polícia Civil do Rio de Janeiro. Como disse Michel de Certeau, “a “cultura popular” supõe uma ação não confessada. Foi preciso que ela fosse censurada para ser estudada, pois a repressão política esteve na origem da curiosidade científica (Certeau 1995). Enquanto os terreiros tinham seus objetos apreendidos, o SPHAN os inventariava e os guardava em um museu policial. Mesmo depois do inventário de 1938 as batidas policiais e as apreensões continuaram. Nessas contradições latentes, os objetos, portanto, não poderiam ficar com quem os pertencia, mas serviam de exposição para afagar a curiosidade e o sarcasmo violento do racismo institucional da época.

Esses movimentos de proibições e interdições caminharam e estiveram junto ao Movimento da *Belle Époque* Brasileira, sustentado pela institucionalização do higienismo e a política de embranquecimento da sociedade brasileira. Era necessário apagar o passado e esse passado referia-se à população e à cultura negra, africana e afrodescendente. Trata-se de um período marcado por um processo de europeização (de inspiração francesa) de um país que detinha um

⁴ Brasil, *Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890*.

⁵ Números segundo a reportagem publicada pelo portal do Iphan, chamada Iphan renomeia “Coleção Magia Negra” para “Acervo Nosso Sagrado”. Disponível em: <https://www.gov.br/iphane/pt-br/assuntos/noticias/iphane-renomeia-201ccolecao-de-magia-negra201d-para-201cacervo-nosso-sagrado201d> Acesso em 15 jul 2023.

enorme contingente de pessoas negras. Era preciso torná-lo branco, embranquecendo os sujeitos, a cultura e, por fim, a vida cotidiana. Essa europeização foi institucional, ancorada por medidas jurídicas, médicas, pedagógicas e de outros âmbitos com o intuito de apagar da sociedade uma parcela que não se encaixava na constituição de um novo projeto de identidade nacional (Vaz 2014).

Esse novo projeto de identidade nacional se configurou pela eliminação, seja material ou imaterial, do que se relaciona à cultura negra e às reminiscências africanas. A constituição narrativa de uma sociedade homogênea, a partir de parâmetros brancos europeus, vai eliminar outros fatores latentes e presentes na realidade brasileira, delegando a esses sujeitos e suas culturas os locais marginalizados, as interpretações preconceituosas, as homogeneizações equivocadas. Todos frutos da instrumentalização do racismo.

A constituição de uma identidade nacional também é trabalho de intelectuais interessados no folclore. E esse interesse, segundo Martha Abreu, associa as culturas populares a diversos atributos:

ora com a não modernidade, o atraso, o interior, o local, o retrógrado, o entrave à evolução; ora com o futuro positivo, diferente, especial e brilhante para o país, valorizando as singularidades culturais e a vitalidade de uma suposta cultura popular, responsável pelo nascimento de uma nova consciência, uma nova civilização, sempre mestiça (Abreu 2003, 02).

Essas contradições entre o passado e o atraso, junto à imposição sobre qual lugar as culturas populares deveriam ocupar, trouxeram um caráter homogeneizante a essa cultura do povo brasileiro (Abreu 1996). Nesse sentido, esses intelectuais interessados em folclore e culturas populares trataram dessas manifestações culturais com os atributos que eles mesmos conferiam, formulando concepções a partir de suas formações, saberes e conhecimentos⁶. Além disso, a ideia de uma cultura popular unívoca e homogênea vai configurar o que, nas décadas de 1930 e 1940, sustentou o discurso de uma identidade nacional que se fundou no mito das três raças, o qual o branco, o indígena e o negro formaram, de maneira homogênea, o povo brasileiro.

Estas reflexões e análises demonstram que a proibição de culturas populares de matriz africana aponta para a tentativa de apagamento e anulação dessas culturas. Como desdobramento dessa ação sistemática, foram elaborados estudos que trataram essas culturas de maneiras homogeneizantes, limitadas, equivocadas e preconceituosas, favorecendo a constituição de uma identidade nacional e de uma memória histórica requerida naquele momento. Nesse sentido, a

⁶ Como exemplo, citamos o trecho do folclorista Alceu Maynard Araújo sobre as Congadas, onde, em uma nota de rodapé, ele conta sobre o Ticumbi, do Espírito Santo, que “embora haja embaixada, à qual *poder-se-á atribuir cunho africano*, como vários autores repetem, *no fundo é nitidamente visível o intuito da catequese – conversão e batismo do pagão*”. O folclorista, mesmo podendo observar o cunho africano na manifestação do Ticumbi, apontou que o nítido nisso seria a catequese, deixando de lado as reminiscências africanas e a historicidade de que os reinados negros são anteriores à invasão portuguesa na África Central. Nesse sentido, interpretamos que o folclorista enxergou o que viu a partir de suas convicções. Discutiremos mais sobre isso adiante. (Araújo 2007, 47).

elaboração do discurso de uma cultura nacional homogênea torna-se um instrumento para o apagamento das culturas de matriz africana e de seus agentes.

O apagamento de uma cultura se dá com a eleição daquilo que merece ou não ser lembrado. Como apresenta Ecléa Bosi, “parece que há sempre uma narrativa coletiva privilegiada no interior de um mito ou de uma ideologia. E essa narrativa explicadora e legitimadora serve ao poder que a transmite e difunde” (Bosi 2003, 17-18). Nesse apagamento, há a constituição de uma identidade nacional pautada na criação de uma memória histórica, que é, portanto, constituída a partir do enfraquecimento – e apagamento – “das memórias coletivas, onde se destitui a memória de grupos sociais, pautando-se em construir uma memória unívoca” (Santos 2019, 58). O apagamento e o esquecimento são, portanto, mecanismos explorados por uma instituição hegemônica, que visa excluir da tradição os elementos indesejáveis da memória coletiva (Ferreira 2003).

Deste modo, as apreensões dos objetos sagrados nos terreiros do Rio de Janeiro fundam--se como ação sistemática de apagamento e anulação dessas culturas e seus agentes. No entanto, no ano de 2020 foi conquistada a devolução desses objetos, após intensa luta dos movimentos negros, especialmente, de candomblecistas e religiosos de matriz africana, na figura do movimento Liberte Nosso Sagrado, liderado por Mãe Meninazinha d’Oxum. Essa devolução foi realizada, entretanto, ao Museu da República, a partir do consentimento dos representantes do movimento, para que o órgão faça a gestão do acervo de maneira compartilhada com as casas de terreiro⁷.

Após intensa luta, os objetos são devolvidos. E estão no Museu da República. Curiosamente, da República.

O Reinado do Alto da Cruz de Ouro Preto: repressão e resistência

O Reinado de Nossa Senhora do Rosário, Santa Efigênia e São Benedito do Alto da Cruz de Ouro Preto, Minas Gerais, é uma manifestação cultural de matriz centro-africana que ocorre anualmente no bairro do Alto da Cruz e bairros arredores. Trata-se de uma manifestação organizada pela Associação Amigos do Reinado (AMIREI) e pelas guardas de congado e moçambique, que a compõem.

O reinado é compreendido como o agrupamento das manifestações do congado e este termo será utilizado para se referir à comunidade congadeira do Alto da Cruz, composta pelas guardas de congado e moçambique⁸. Ademais, reinado também se refere ao processo ritual desse agrupamento,

⁷ Segundo reportagem presente em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2020/11/pecas-sagradas-de-religioes-afro-brasileiras-deixam-guarda-da-policia-apos-75-anos> Acesso em: 15 jul. 2023.

⁸ Congado e moçambique são manifestações afro-religiosas presentes no reinado, que contêm diferenças entre si. No congado, as vestimentas compreendem fitas, flores, espelhos em capacetes, os toques e as danças são mais ágeis. No Universidade Federal de Juiz de Fora | e-ISSN: 2359-4489 | v. 10 n. 19 (2024)

tendo-o como festividade maior, a festa anual para qual todas as energias são apontadas. No reinado, a louvação à Nossa Senhora do Rosário e a santos negros é vivenciada africanicamente, na qual a devoção é vivida por meio de uma *gnosis* ritualmente africana (Martins 1997). A festividade é composta por alvorada, cortejo, coroação de reis congos, missa conga, permeada de toques de caixas, pantangomes, gungas⁹, pandeiros, espadas, bastões, envoltos por dança, cantos e toda uma ritualística concernente à matriz centro-africana.

A respeito do percurso histórico, é importante dizer que, quando os reinados são recriados no Brasil, se dão, em suma, no seio das irmandades religiosas de pessoas negras, onde ocorriam as eleições e coroações de reis negros e rainhas negras, cumprindo a função de uma atualização corporal e emocional dos africanos em diáspora (Irobi 2012). Lucas conta-nos que as festas de reis congos, os congados, “relacionavam-se aos costumes congueses que cercavam a eleição de um novo rei, do poder e ao hábito dos reis dos povos centro-africanos de fazerem excursões cercados de sua corte, entre canto e danças guerreiras” (Lucas 2014).

As irmandades negras constituíram-se em espaços de sociabilidade e afirmação identitária dos africanos no período do escravismo, nas quais as reminiscências dos rituais africanos eram atualizadas e recriadas em solo brasileiro. Assim também desenvolviam-se as práticas de subsistência, como compra de alforrias, assistência social e médica, funerais e enterros dignos aos seus mortos (Santos 2019).

A origem do Reinado do Alto da Cruz se relaciona à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia dos Homens Pretos do Alto da Cruz. A criação dessa irmandade é datada de 1717 (Santos 2019) e há registros de eleições de reis, rainhas, juizes e juizas realizadas nesta irmandade desde meados do século XVIII (Gaspar 2016). Em 1825, Johan M. Rugendas, retratou em litogravura uma festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, nos arredores do Palácio Velho e da Igreja de Santa Efigênia do Alto da Cruz. Portanto, observa-se como essa prática é longínqua nesse território.

Como dito, o Reinado do Alto da Cruz deixou de existir no início do século XX, por proibição da igreja católica. Nos finais do século XIX e início do século XX, em paralelo aos acontecimentos históricos no Brasil já comentados neste texto, como a Proclamação da República e a *Belle Époque* Brasileira, esse período também foi marcado pela Reforma Ultramontana e a Restauração Católica (Oliveira 2014). Estas apregoavam a romanização do catolicismo no Brasil,

moçambique, usa-se saio, turbante, gungas (espécie de chocalhos) nos tornozelos, e os toques são mais lentos e os cantos mais lamentosos, rememorando africanos mais velhos, os pretos velhos. No ritual do reinado, a guarda de congado abre o caminho, sendo a primeira do cortejo. Já a guarda de moçambique é a última, guardando o trono coroadado.

⁹ Gungas e pantangomes são instrumentos musicais e rituais utilizados na guarda de moçambique.

ancorada nos vínculos estreitos com o Vaticano e suas ortodoxias, e indo contra as múltiplas formas dos catolicismos populares brasileiros. No contexto mineiro, um dos resultados dessa romanização foi as recomendações e os impedimentos assinados por Dom Antônio dos Santos, primeiro bispo da arquidiocese de Belo Horizonte, quem em 10 de agosto de 1923, emitiu o aviso:

Daquelas considerações feitas então, resulta esta afirmação: é pensamento e desejo da autoridade diocesana que desapareçam os Reinados, que os fiéis sejam bem instruídos sobre as vantagens da utilíssima devoção do rosário (Livro de Avisos da (Arqui)diocese de Belo Horizonte. Aviso nº 5: “Proibição da Festa chamada Reinado”. 10 de agosto de 1923 (Fernandes 2019, 93).

Nesse sentido, os reinados negros foram proibidos de realizar suas festividades no interior das igrejas, as quais muitas tinham sido construídas por suas próprias irmandades, as Irmandades de Homens Pretos. Isso ocasionou uma marginalização dos reinados na capital mineira e em outros rincões do estado, bem como a marginalização das pessoas reinadeiras.

No mesmo período em que, no Rio de Janeiro, batidas policiais estavam apreendendo objetos sagrados de matriz africana nos terreiros, incontáveis Igrejas de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, em diversos locais do país, estavam sendo demolidas¹⁰. E os reinados negros foram proibidos de serem realizados em Belo Horizonte e na Igreja de Santa Efigênia do Alto da Cruz em Ouro Preto – igreja também construída pela Irmandade dos Homens Pretos.

Foi na mesma década, mais precisamente no ano de 1928, que o juiz da Irmandade de Nossa Senhora dos Homens Pretos do Bairro Rosário, também em Ouro Preto, fez uma doação. O senhor Odorico Neves, juiz da irmandade, doa para Gustavo Barroso, então diretor do Museu Histórico Nacional no Rio de Janeiro, dois objetos. Uma máscara talhada em madeira, chamada Maria Cambinda e o Tambor Caxambu, feito em tronco de madeira com couro de animal preso por pequenas tarraxas de madeira, o qual é afinado apenas no fogo. Os dois objetos são de matriz centro-africana e estavam trancados na sacristia da igreja. Magalhães e Palazzi (2022) contam que na época do ocorrido, a irmandade não era mais comandada por pessoas negras, e sim, por pessoas brancas, como procede até os dias de hoje.

Em uma Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, no Bairro Rosário, objetos sagrados estavam sendo doados para um museu. No outro lado da cidade, no Bairro Alto da Cruz,

¹⁰ Como exemplo: Igreja do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo/SP, demolida em 1904; a Igreja do Rosário dos Homens Pretos de Jundiaí/SP, demolida em 1922; a Igreja Senhora do Rosário dos Pretos de São Benedito, de Curitiba/PR, demolida em 1931; Igreja do Rosário dos Homens Pretos, em Guarulhos/SP, demolida entre as décadas de 1920-30; dentre muitas outras, como as de Batatais/SP, Ubatuba/MG e, também em Belo Horizonte/MG. Ver mais em: (Santos 2021).

na Igreja de Santa Efigênia dos Homens Pretos, estavam proibindo a realização do reinado¹¹. Observa-se, portanto, que no mesmo período histórico, em diferentes locais, houve apagamentos, interdições, demolições, eliminações e repressões acometidas por instituições contra as culturas e populações de matriz africana.

A respeito do Reinado do Alto da Cruz, após seu impedimento, houve um hiato de tempo sem a realização da festividade. No período, diversos escritores, folcloristas, memorialistas, monumentalistas e modernistas se dispuseram a falar sobre as culturas do povo de Ouro Preto “como mera coleção de curiosidades” (Ginzburg 1987, 17).

A narrativa do que teria sido o congado e o reinado negro em Ouro Preto, com um saudosismo histórico, foi marcada, por vezes, por uma idealização do passado ou por elementos imagináveis, “mais ou menos verídicos”, como apresentou o romance *Chico Rei*, de Agripa Vasconcelos (Vasconcelos 1966).

Diogo de Vasconcelos, Alcebiades Delamare, Eponina Ruas¹², além de outros escritores de cunho memorialista que escreveram sobre *Chico Rei*¹³, a Igreja de Santa Efigênia dos Homens Pretos e o Reinado do Alto da Cruz, trataram do congado como algo longínquo, do passado escravagista e que lá aparentemente ficara. Esses escritos configuraram algumas narrativas que até pouco tempo prevaleciam nos registros sobre o congado em Ouro Preto, como as obras de projeto de educação patrimonial, em escritos de cunho folclórico e livros que relacionavam história e turismo.

Sem contar as obras de folcloristas que interpretaram o congado de maneira um tanto quanto curiosa, a partir de seus conhecimentos e visões, como (Araújo 2007, 47) que apontou que “o estudo dos fatos do passado, das canções, das gestas aponta-nos que a congada não é de origem africana, mas é uma reminiscência da ‘Chanson de Roland’¹⁴sabidamente aproveitada pelo

¹¹ Não há grupos de congados ou Reinado associado à Igreja do Rosário, do Bairro Rosário. Os congados que vão até lá festejar Nossa Senhora do Rosário são congados de outros locais da cidade. Portanto, houve um apagamento nessa irmandade, que era dos homens pretos, mas que agora mostra-se quase toda de pessoas brancas. Ver mais em: (Santos 2019).

¹² As obras destes memorialistas são: (Vasconcelos 2011); (Delamare 1935); e (Ruas 1950).

¹³ *Chico Rei* é considerado um rei africano que foi escravizado nas minas de ouro de Vila Rica, mas que conseguiu esconder ouro, comprar sua alforria e de demais africanos. Associou-se à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia dos Homens Pretos do Alto da Cruz, elevou a Igreja de Santa Efigênia e foi coroado rei novamente, dando origem ao congado em Ouro Preto. Ver mais em (Santos 2019).

¹⁴ *Chanson de Roland*, em francês, é um poema épico composto em francês antigo, por volta do século XI. Narra a saga de Roland, sobrinho de Carlos Magno, que morre nas batalhas contra o exército muçulmano. Mas Carlos Magno vence e anexa a Espanha ao seu Império. É encontrado em escritos de folcloristas sobre o congado a narrativa de que a “dança dramática” que sucede na manifestação é uma representação da batalha de Carlos Magno e a conversão dos muçulmanos, e a conversão do Rei Congo ao Cristianismo. Sobre *Chanson de Roland*, ver em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/33314/1/epopeias-chanson%20de%20Roland.PDF>. Acesso em 19 jul. 2023.

catequista”. Ou, segundo Tinhorão, para quem “as coroações de reis do Congo constituíram, em verdade, uma projeção simbólica da política missionária desenvolvida em comum pelo poder real e a Igreja portugueses na África” (Tinhorão 2012, 108).

A expressão “curiosa” é também utilizada por Certeau, ao referir-se à sessão das bibliotecas de folcloristas a respeito do conteúdo das culturas populares. O autor apresenta que os cuidados desses estudiosos em “coletar” e “guardar” as culturas tradicionais não estiveram isentos de segundas intenções: eles desejaram localizar, prender e proteger. Trata-se, portanto, além de uma leitura mal interpretada das manifestações populares, uma associação do popular ao natural, ao puro, ingênuo e espontâneo (Certeau 1995).

As elocuições de Araújo e Tinhorão, supracitadas, partem do pressuposto de que quem “distinguia nas ideias, crenças, visões de mundo das classes subalternas, nada mais do que um acúmulo desorgânico de fragmentos de ideias, crenças e visões de mundo elaborados pelas classes dominantes provavelmente vários séculos antes” (Ginzburg, 1987,17). É a prática equivocada de olhar para o que se vê nas classes populares com os óculos de concepções da elite. Ou melhor, o que se vê nas culturas negras com os óculos do eurocentrismo.

Ainda como apresenta Ginzburg,

Até que ponto os eventuais elementos da cultura hegemônica, encontráveis na cultura popular, são frutos de uma aculturação mais ou menos deliberada ou de uma convergência mais ou menos espontânea e não, ao contrário, de uma inconsciente deformação da fonte, obviamente tendendo a conduzir o desconhecido ao conhecido, ao familiar? (Ginzburg 1987, 24-25).

Nesse sentido, esse aspecto limitado e paternalista conferido às culturas populares, em específico, ao congado, relacionando-o apenas com uma cultura europeia presente na relação de poder instituída, impediu de se conhecer, a partir da voz e das corporalidades dos atores que o realizam, as africanidades recriadas em solo brasileiro. E, mesmo que haja elementos da cultura europeia católica presentes no congado, esses se dão a partir de uma dissimulação.

Entende-se por dissimulação uma certa atitude do negro em Minas com relação à aceitação do modelo que lhe era imposto. Dissimular significa manter contato com o elemento estranho sem se deixar envolver totalmente por ele. A dissimulação se fazia no sentido de promover a libertação do negro oprimido, tornando-se uma estratégia de resistência adotada em outras áreas do escravismo brasileiro (Gomes e Pereira 1988, 102).

O Reinado do Alto da Cruz foi impedido de ser realizado, mas a Guarda de Congado continuou existindo, mesmo com poucas pessoas, como conta Marize Guimarães, uma das matriarcas da comunidade congadeira. O grupo de congado estava pequeno, quase acabando, “com umas seis pessoas só”, diz ela em entrevista para Santos (2019). Foi a partir disso que Marize decidiu ingressar no grupo e levar seu filho e netos ainda crianças, que hoje são capitães da Guarda

de Moçambique do Alto da Cruz. Marize já vinha de uma linhagem congadeira em sua terra natal, o subdistrito do Engenho, em Santo Antônio do Salto, Ouro Preto.

Nesse contexto, com a interrupção do Reinado do Alto da Cruz, a guarda de congado ia para reinados de outros grupos e realizava a coroação de Nossa Senhora do Rosário na Igreja do Rosário no Bairro Rosário, em Ouro Preto. Segundo Marize Guimarães, em determinado momento, a comunidade congadeira sentiu vontade de fazer uma festa da própria guarda, um reinado da comunidade (Santos 2019). Para Kedison Geraldo, capitão da Guarda de Moçambique e filho de Marize Guimarães, a retomada do reinado deu-se para o próprio fortalecimento dos congadeiros, também para o resgate da memória e da identidade. Como conta o próprio Capitão Kedison, ao ser perguntado do porquê da retomada do reinado:

Porque a memória estava sendo perdida, né? A gente tinha que restaurar essa memória, a cobrança começa e a gente não pode deixar. Primeiro que não só pelo Chico Rei, mas pela nossa memória negra. Porque se chegava em Ouro Preto e o negro, ó o negro sofreu, mas queremos mostrar que o negro não só sofreu, que ele era arquiteto, ele era engenheiro, era bombeiro hidráulico, ele era tudo (Santos 2019, 111).

A retomada torna-se, portanto, constituição e reformulação de suas identidades, ato de afirmação da comunidade negra e reinadeira no território ouro-pretano, afirmando-se como herdeira dos antepassados que já realizavam a prática do reinado há séculos. E seus antepassados a guiam espiritualmente.

Para a retomada, criaram a AMIREI – Associação de Amigos do Reinado, angariam fundos, doações e mobilizaram a comunidade do bairro, mesmo com o desinteresse por parte da elite e instituições ouro-pretanas. A guarda de congado que se manteve em atividade, mesmo com a proibição da festividade, foi fortalecida nesse movimento de restauração do ritual. Posteriormente, foi criada a guarda de moçambique, para o aprofundamento dos processos rituais do reinado, em que se faz necessário uma guarda de moçambique, que guarda a coroa do trono coroado¹⁵.

Um dos elementos para a retomada do reinado foi a história de Chico Rei, com a qual os congadeiros e moçambiqueiros se identificam como herdeiros. A história de Chico Rei, portanto, foi incorporada como signo essencial para a retomada desta manifestação. A conexão constituída com a narrativa do rei africano, bem como o sentimento de pertença dentro do próprio reinado e o pertencimento por serem pessoas negras, moradoras do bairro do Alto da Cruz e arredores, são alguns dos elementos relatados para a retomada do ritual. Sem mencionar a história de resistência à opressão da escravização que Chico Rei representa.

Desde sua retomada, o Reinado do Alto da Cruz reúne entre 20 e 30 grupos de congados de diversas partes do estado de Minas Gerais e outros estados. É realizado entre o primeiro e segundo

¹⁵ Trono coroado refere-se aos reis e rainhas congos, reis e rainhas de santos e reis e rainhas de devoção, que carregam a coroa do reinado, fisicamente em sua cabeça, e no campo simbólico e espiritual.

domingo do mês de janeiro. Envolve rituais de abertura, como lavagem das escadarias da igreja e subida de mastros. Há uma programação de palestras e oficinas durante os dias da semana, também uma programação católica com tríduo¹⁶ à Nossa Senhora do Rosário, realizada pelas igrejas do Padre Faria e do Alto da Cruz. E finaliza no dia festivo, iniciando na alvorada, às cinco horas da manhã do segundo domingo do mês. São, em média, mil congadeiros descendo e subindo as ladeiras de Ouro Preto, nos bairros do Alto da Cruz, Padre Faria e Antônio Dias, tocando suas caixas, gungas e patangomes, cortejando reis e rainhas negras, reafirmando sua existência e de seus antepassados, reatualizando cosmovisões e louvando os ancestrais. Onde os próprios ancestrais africanos são convocados a festejar no mesmo espaço-tempo. A presença imanente do ancestre na vida cotidiana dos sujeitos e a sofisticada vivência da ancestralidade, são singulares compreensões e experiências da temporalidade presentes nas cosmopercepções de sociedades africanas e afrodiaspóricas (Martins 2021, 23).

No ano de 2019, a AMIREI iniciou um processo para a elevação do Reinado do Alto da Cruz como Patrimônio Imaterial de Ouro Preto. Foram os próprios reinadeiros que organizaram as fontes documentais, preencheram os formulários, realizaram o inventário e deram entrada, junto à Secretaria de Patrimônio, para a titulação. Torná-lo patrimônio pretendia, além de ter o fenômeno reconhecido como um ritual relevante e importante para a cidade, angariar fundos pelo subsídio do ICMS Cultural¹⁷. Trata-se de um direito das manifestações culturais de Ouro Preto. Desde sua retomada, as pessoas reinadeiras angariavam fundos com as próprias mãos. Sabendo de seus direitos, são essas próprias pessoas que os reivindicam.

Foi também no ano de 2019 que, em uma capelinha próxima à Capela do Padre Faria, o sacristão do espaço entrega para a capitã do congado e moçambique e também presidenta da AMIREI, Kátia Silvério, uma bandeira de ferro que há muito havia sido guardada. Uma bandeira de mais ou menos um metro e meio de comprimento, forjada no ferro e fogo, pintada com tintas vegetais e minerais. A AMIREI enviou-a para restauração e no processo de restauro foram reconhecidas as pinturas de Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia de um lado, e do outro lado, a imagem de Nossa Senhora das Necessidades, matrona da capelinha. Os restauradores indicaram que a fabricação da bandeira possui mais de duzentos anos. A prática do ferro e seu desenvolvimento no Brasil escravista foi uma tecnologia dos povos centro-africanos (Silva 2011). Após a restauração, órgãos institucionais quiseram tomar a bandeira para colocá-la no

¹⁶ Tríduo, no âmbito da religião católica, refere-se a um ritual de três dias, em louvação a determinada santa/santo.

¹⁷ ICMS Cultural é um programa de incentivo à preservação do patrimônio cultural do país.

Museu da Inconfidência da cidade histórica, mas a AMIREI não permitiu. Ela pertence ao Reinado e está sob a guarda das reinadeiras e reinadeiros¹⁸.

Dessa vez, não ocorreu o que advertiu Certeau: “O povo é, como um todo, o bom selvagem: o confinamento cultural pode ser seguido da reserva ou do museu” (Certeau 1995, 65). A bandeira não está no museu e o reinado está em plena atividade. É quando as próprias pessoas das culturas populares e tradicionais negras tomam os lugares e disputam a sua afirmação, existência e resistência perante as instituições.

Algumas palavras finais...

O intuito deste texto foi refletir sobre as proibições e impedimentos acometidos às manifestações ditas culturas populares, em específico, às culturas de matriz africana. Inspirado pelo texto *A beleza do morto*, de Michel de Certeau, este artigo propôs relações com o acontecimento narrado pelo historiador francês e as apreensões de objetos sagrados de religiões negras do Rio de Janeiro, entre 1890 e 1945. Também, à proibição do Reinado de Nossa Senhora do Rosário do Alto do Cruz, em Ouro Preto, no início do século XX. Ambos os acontecimentos ocorridos no mesmo período no Brasil: os processos do pós-abolição, Proclamação da República e *Belle Époque* Brasileira, que buscaram construir uma identidade nacional de inspiração europeia, apagando um passado que era de culturas e populações negras.

Como apresentou Michel de Certeau, após as proibições dos livretos de *colportage* na França, foram realizados estudos de interesses folclóricos com as obras. Reiteramos que, de maneira semelhante, os estudos com as manifestações proibidas também ocorreram aqui, bem como inventariações e aprisionamento de objetos em museus.

Por outro lado, apresentamos que, assim como com os objetos sagrados, houve um movimento de retomada de suas práticas. Em especial, tratamos com mais ênfase do Reinado do Alto da Cruz, o qual em 2009 é retomado e no ano de 2019 é elevado a Patrimônio Imaterial de Ouro Preto. Ambos os movimentos foram encabeçados pela própria comunidade congadeira.

Referências Bibliográficas

Abreu, Martha Campos. “*O Império do Divino*”: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. 1996. Tese de doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/107980>.

Abreu, Martha Campos. 2003. “Cultura popular, um conceito e várias histórias”. In Abreu, Martha e Soheit, Rachel. *Ensino de História, Conceitos, Temáticas e Metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.

¹⁸ Ver mais em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/01/06/bandeira-de-reinado-forjada-a-ferro-ha-200-anos-e-encontrada-em-capela-de-ouro-preto.ghtml> Acesso em: 15 jul. 2023. Na reportagem, diz que o ofício do ferro é originário da África Ocidental. Entretanto, trata-se de uma prática centro-africana. (Silva 2011).

Alves, Vânia de Fátima Noronha; Pimenta, Paula Miranda Alves. 2012. Histórias, estórias e memórias dos Negros do Rosário na Rota dos Diamantes da Estrada Real em Minas Gerais. *Relatório de Pesquisa*. PUC Minas. Belo Horizonte.

Araújo, Alceu Maynard. 2007. *Cultura popular brasileira*. São Paulo: Martins Fontes.

Bosi, Ecléa. 2003. *O tempo vivo da memória*. Ensaio de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial.

Brasil. *Decreto nº 847*, de 11 de outubro de 1890. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm Acesso em 15/07/2023.

Certeau, Michel de. 1995. “A beleza do morto”. In Certeau, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas: Papyrus.

Chartier, Roger. 1995. “Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 8 (16), 179-192. <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2005>.

Delamare, Alcebíades. *Villa-Rica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

Dell’aira, Alessandro. 2010. Detalhes de uma lenda. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, 6 (63)

Após 100 anos de proibição, congado volta a ocupar igrejas católicas de Belo Horizonte. *G1 Globo*, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2023/08/10/apos-100-anos-de-proibicao-congado-volta-a-ocupar-igrejas-catolicas-de-belo-horizonte.ghtml>. Acesso em 13/08/2023.

Fernandes, Allan Felipe Santana. 2019. A Igreja Católica e o Movimento de Recatolização no Início do século XX. *Revista Faces de Clio*, 5 (10), 70-86. <https://periodicos.ufjf.br/index.php/facesdeclio/article/view/28702>.

Ferreira, Jerusa Pires. 2003. “Cultura é Memória”. In Ferreira, Jerusa Pires. *Armadilhas da memória e outros ensaios*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 69-87.

Gaspar, Tarcísio de Souza. *Tapanhuacanga em ruínas: história do Palácio Velho de Ouro Preto*. 2016. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo. https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-26082016152822/publico/2016_TarcisioDeSouzaGaspar_VOrig.pdf.

Ginzburg, Carlo. 1987. *O queijo e os vermes*. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Cia das Letras.

Gomes, Núbia Pereira de Magalhães; Pereira, Edmilson de Almeida. *Negras raízes mineiras: Os Arturos*. Juiz de Fora: Ministério da Cultura/EDUFJF, 1988.

Iphan renomeia “Coleção Magia Negra” para “Acervo Nosso Sagrado”. *Instituto Do Patrimônio Histórico E Artístico Nacional*. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/iphan-renomeia-201ccolecao-de-magia-negra201d-para-201cacervo-nosso-sagrado201d>. Acesso em 15/07/2023.

Irobi, Esiaba. 2012. “O que eles trouxeram consigo: carnaval e persistência da performance estética africana na diáspora”. *Projeto História*, 44, 273-293. <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/9857>.

Lucas, Glauro. 2014. *Os sons do Rosário: o Congado Mineiro dos Arturos e Jatobá*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Magalhães, A. M.; Palazzi, S. Maria Cambinda. In Magalhães, A. M. et al. 2022. *Histórias do Brasil: 100 objetos do Museu Histórico Nacional 1922-2022*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional.

Martins, Leda Maria. 1997. *Afrografias da memória*. O reinado do Rosário do Jatobá. Belo Horizonte: Maza Edições.

Martins, Leda Maria. 2021. *Performances do tempo espiralar*, poéticas do corpo-tela. Rio de Janeiro: Cobogó.

Oliveira, Sueli do Carmo. 2014. Congadeiros e hierarquia católica na primeira metade do século XX em Minas Gerais. 2014. In Daibert Jr., R.; Floriano, M. G.; Berkenbrock, V. J. *A mão que corta o vento: mediações do sagrado nas tradições religiosas afro-brasileiras*. Juiz de Fora: Ed. UFJF/MAMM.

Peças sagradas de religiões afro-brasileiras deixam guarda da polícia após 75 anos. *National Geographic Brasil*, 2020. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2020/11/pecas-sagradas-de-religoes-afro-brasileiras-deixam-guarda-da-policia-apos-75-anos>. Acesso em 15/07/2023.

Pereira, Pamela de Oliveira. *Novos olhares sobre a coleção de objetos sagrados afro-brasileiros sob a guarda do museu da polícia: da repressão à repatriação*. 2017. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. <https://www.unirio.br/cchs/memoriasocial/dissertacoes/2017/417>.

Ruas, Eponina. 1950. *Ouro Preto: Sua História, Seus Templos e Monumentos*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional.

Santos, Amanda Melissa dos. *O Grande Anganga Muquixe Chico Rei: a presença do mito negro no Reinado do Alto da Cruz e nas escolas de Ouro Preto/MG*. 2019. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Ouro Preto. <https://www.repositorio.ufop.br/items/f3f54c92-786d-4be9-9702-314268b087e4>.

Santos, Fabricio Forgenes. 2021. Reminiscências urbanas negras: a destruição das Igrejas das Irmandades dos Homens Pretos em Jundiá, Batatais e Guarulhos. *ANAIS*, 9º Congresso Luso-Brasileiro para o planejamento urbano, regional, integrado e sustentável.

Saura, Soraia Chung. *Planeta de boieros: culturas populares e educação de sensibilidade no imaginário do bumba-meu-boi*. 2008. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-12032009-131837/pt-br.php>.

Saura, Soraia Chung; Zimmermann, Ana Cristina. 2021. “Traditional Sports and Games: intercultural dialogue, sustainability and empowerment”. *Frontiers in Psychology*, 11, 1-11. <https://www.frontiersin.org/journals/psychology/articles/10.3389/fpsyg.2020.590301/full>.

Silva, Juliana Ribeiro da. 2011. *Homens de Ferro: os ferreiros na África-Central no século XIX*. São Paulo: Alameda.

Tinhorão, José Ramos. 2012. *Os Sons dos Negros no Brasil*. São Paulo: Editora 34.

Vasconcelos, Agripa. 1966. *Chico Rei: romance do ciclo da escravidão nas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia.

Vasconcelos, Diogo de. 2011. “As Obras de Arte” In Drummond, Maria Francelina S. I. (org). *Ouro Preto Cidade em Três Séculos; Bicentenário de Ouro Preto; Memória Histórica [1711-1911]*. Ouro Preto: Liberdade.

Vasconcelos, Diogo de. 1974. *História Antiga de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia.

Vaz, Cláudia Freire. 2014. “Reflexões sobre a memória e o esquecimento da influência africana durante a *Belle Époque* brasileira”. *Psicologia e Saber Social*, 3 (1): 96-111. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/psi-sabersocial/article/view/12204>.